



PREFEITURA
MUNICIPAL DE
CANTAGALO

HONESTIDADE E TRANSPARÊNCIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

PUBLICADO

LEI Nº1.429/2018.

Jornal: DOE
Edição: 171 PG: 05a 14
Data: 12/12/18 a 11/12/18
Marques
Rúbrica 2

INSTITUI O PLANO MUNICIPAL DE CULTURA, NA CONFORMIDADE DOS ARTIGOS 277 A 279 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CANTAGALO, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DEMAIS LEGISLAÇÕES AFINS NOS ÂMBITOS ESTADUAL E FEDERAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CANTAGALO, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ASSIM SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º – Fica aprovado o Plano Municipal de Cultura (PMC), com duração de dez anos, vigendo de 2018 a 2028, na forma contida no Anexo I desta lei.

Art. 2º – O Plano Municipal de Cultura foi elaborado sob a coordenação das Secretarias Estadual e Municipal de Cultura, Indústria, Comércio, Turismo, Esportes, Certames e Lazer, com participação da sociedade civil, através de Fórum Municipal de Cultura, em conformidade com os Planos Nacional e Estadual de Cultura e demais legislações pertinentes.

Art. 3º – O Plano Municipal de Cultura destina-se a garantir os direitos culturais dos cantagalenses, conforme o que dispõe os artigos 215 e 216 da Constituição Federal; artigo 316 da Constituição Estadual; da Lei Estadual nº 7.035/2015, que criou o Sistema Estadual de Cultura; bem como os artigos 277 a 279 da Lei Orgânica do Município de Cantagalo, sendo regido pelos princípios da democracia e da autonomia.

Art. 4º – O Plano Municipal de Cultura contém uma proposta de Estado para a cultura do município, não se limitando a um governo específico, mas ao conjunto da sociedade cantagalense, trazendo em seu interior suas respectivas diretrizes, metas e estratégias, conforme documento anexo.



PREFEITURA
MUNICIPAL DE
CANTAGALO

HONESTIDADE E TRANSPARÊNCIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

Art. 5º – Será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Cultura, Indústria, Comércio, Turismo, Esportes, Certames e Lazer, em conjunto com o Conselho Municipal de Cultura, avaliar a execução do Plano Municipal de Cultura, estabelecendo os mecanismos necessários ao acompanhamento das diretrizes, metas e estratégias constantes dele.

Parágrafo único – O Conselho Municipal de Cultura de que trata o *caput* deste artigo, conforme o artigo 278 da Lei Orgânica do Município será constituído por representantes da sociedade civil, observando-se a representação das áreas de trabalhadores e empresários da cultura, do Poder Legislativo e do Poder Executivo, e sua composição e o mecanismo de eleição dos representantes deverão ser normatizados em lei específica, constituindo o Sistema Municipal de Cultura.

Art. 6º – Para o acompanhamento da execução das diretrizes, metas e ações constantes no Plano Municipal de Cultura a Secretaria Municipal de Cultura, Indústria, Comércio, Turismo, Esportes, Certames e Lazer, e o Conselho Municipal de Cultura convocarão, anualmente, um fórum para esse fim.

Art. 7º - O Executivo Municipal, através de suas unidades afins, dará ampla divulgação do conteúdo do Plano Municipal de Cultura, assim como dos fóruns anuais para a sua avaliação e execução, junto aos movimentos sociais, instituições, associações e agentes culturais ligados à cultura no município, assim como toda a população e demais interessados.

Art. 8º – A Secretaria Municipal de Cultura, Indústria, Comércio, Turismo, Esportes, Certames e Lazer diligenciará para que as medidas associadas e complementares às constantes no Plano Municipal de Cultura sejam adotadas pelos demais setores e unidades da administração.

Art. 9º – O Município de Cantagalo incluirá nos Planos Plurianuais e nas Leis de Diretrizes Orçamentárias Anuais dotações destinadas a viabilizar a execução desta lei.



**PREFEITURA
MUNICIPAL DE
CANTAGALO**

HONESTIDADE E TRANSPARÊNCIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

Art. 10 – As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta das verbas orçamentárias próprias, suplementares, se necessárias, e também através da celebração de convênios e parcerias com outros órgãos e esferas de governo, do terceiro setor ou de iniciativa privada, e de outros captados no decorrer da execução do plano.

Art. 11 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 12 de novembro de 2018.


Joaquim Augusto Carvalho de Paula
Prefeito Municipal